

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JULIO DE MESQUITA FILHO”

LUCAS DE BRITTO SOARES

Análise do uso de mercenários no Iraque — 2003–2009

Marília
2024

Lucas de Britto
Soares

Análise do uso de mercenários no Iraque — 2003 – 2009

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) parte das exigências para a obtenção do bacharel em Relações internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Paulo Ribeiro
Rodrigues da Cunha

Marília
2024

S676a

Soares, Lucas de Britto

Análise do uso de mercenários no Iraque — 2003 – 2009 / Lucas de Britto Soares. -- Marília, 2025

44 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

1. PMCs. 2. mercenários. 3. Iraque. I. Título.

Lucas de Britto Soares

Análise do uso de mercenários no Iraque – 2003–2009

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) ao bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. DR. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP— Campus de Marília, Orientador

Prof. DR. Jair Pinheiro UNESP —
Campus de Marília, Examinador

Prof. DR. Theo Peixoto Scudellari Unesp —
Campus de Marília, Examinador

Marília, 11 de dezembro de 2024.

Agradecimentos:

Aos meus pais, por acreditarem em mim e me darem suporte por todos esses anos, incentivando-me a ingressar no ensino superior.

Ao meu orientador, Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, por me ajudar no desenvolvimento do trabalho e me orientar nos momentos de dificuldade.

À FFC e aos demais professores, por todos esses anos de convivência e por proporcionar uma boa experiência. Aos meus colegas de turma e amigos que fiz durante o curso. Aos meus amigos de longa data, com quem mantenho contato desde o ensino fundamental e médio, e com os quais mantenho amizade até hoje.

Sumario

Introdução

1. Origem
 1. 1 Suíços, Companhia livre e condottiere
 1. 2 Do Soldado da Fortuna ao soldado cidadão
2. O retorno
 - 2.1 A diferença entre os mercenários e os “novos mercenários”
3. Iraque
 - 3.1 Mandato e Independência
 3. 2 Monarquia à República
 3. 3 Saddam: Ascensão e Queda
4. O uso de mercenários no Iraque, 2003-2009
 - 4.1 Os PMCs e a sociedade americana
 - 4.2 Os PMCs e a sociedade iraquiana

Conclusão

Resumo: Este trabalho tem como principal tema a questão do uso de mercenários no Iraque entre 2003 e 2009, tendo como principal técnica a análise documental e histórica sobre o assunto e como método de pesquisa a revisão bibliográfica qualitativa, sobre o uso de companhias militares privadas (PMCs) no Iraque entre 2003 e 2009, destacando suas origens históricas, os fatores que impulsionaram sua ascensão e seus impactos sobre as sociedades norte-americana e iraquiana. O objetivo é demonstrar que a consolidação das PMCs (security contractors) como um fenômeno contemporâneo, moldado pela globalização, neoliberalismo e mudanças nas dinâmicas de segurança nacional; trouxe vários problemas tais como a dependência desses contractors, violações dos direitos humanos, impunidade pela dificuldade de responsabilização dos contratados, além do comprometimento da supervisão e transparência, essenciais para a consolidação dos ideais democráticos. Conclui-se que, embora as PMCs representem um modelo inovador no mercado de segurança, seu uso em zonas de conflito armado apresenta limites claros. Funções críticas, como interrogatórios e uso da força, são inadequadas para delegação a atores privados, cuja motivação primária é o lucro. Este trabalho contribui para o debate ao enfatizar os riscos e desafios associados às PMCs, reforçando a necessidade de regulamentação mais rigorosa e práticas que priorizem a ética e os direitos humanos em cenários de guerra.

Palavras-chave: PMCs, mercenários, Iraque

Abstract: This work's main theme is the issue of the use of mercenaries in Iraq between 2003 and 2009, with documentary and historical analysis on the subject as its main technique and qualitative bibliographic review as its research method on the use of private military companies. (PMCs) in Iraq between 2003 and 2009, highlighting their historical origins, the factors that drove their rise, and their impacts on North American and Iraqi societies. The objective is to demonstrate that the consolidation of PMCs (security contractors) as a contemporary phenomenon, shaped by globalization, neoliberalism and changes in national security dynamics; brought several problems such as dependence on these contractors, human rights violations, impunity due to the difficulty in holding contractors accountable, in addition to the compromise of supervision and transparency, essential for the consolidation of democratic ideals. It is concluded that, although PMCs represent an innovative model in the security market, their use in armed conflict zones has clear limits. Critical functions such as interrogations and use of force are inappropriate for delegation to private actors whose primary motivation is profit. This work contributes to the debate by emphasizing the risks and challenges associated with PMCs, reinforcing the need for more rigorous regulation and practices that prioritize ethics and human rights in war scenarios.

Keywords: PMCs, mercenaries, Iraq

Introdução:

A profissão do mercenário, conhecida como a “segunda profissão mais antiga do mundo”, ganhou destaque com a privatização de setores econômicos estratégicos após a década de 1980, atingindo o setor militar nos anos 1990 e 2000. Contudo, essa não foi a primeira vez que esses soldados da fortuna apareceram no campo de batalha. O que viria a se tornar a Itália, nos séculos XIV e XV, também foi palco para esses guerreiros contratados. Nesse contexto, Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, adverte os governantes sobre os perigos de depender desse tipo de soldado, afirmando que eles não são confiáveis. Com base nas advertências desse pensador florentino, analisaremos ao longo deste texto o papel dos mercenários ao longo da história, a transição para o exército regular e o papel dos mercenários no século XXI.

Desta forma, este trabalho visa analisar o uso de companhias militares privadas no Iraque entre 2003 e 2009, destacando as origens históricas do mercenarismo e seu impacto nas respectivas sociedades. Ao longo da pesquisa, foi utilizado o método de revisão bibliográfica qualitativa, ou seja, um método que requer uma participação maior do pesquisador e uma interpretação e reflexão mais aprofundada acerca dos dados obtidos, devido ao seu caráter indutivo; enfatizadas através da leitura de livros, artigos e notícias, nesse caso específico, empregando uma análise crítica e avaliando as consequências do uso de forças mercenárias ao longo da história e no século XXI.

A Origem

Pode-se traçar a origem do mercenarismo, o ato de contratar alguém para lutar em nome de outrem, ao surgimento do modo de vida civilizado. Junto com a prostituição, essa profissão é atribuída como uma das explicações para a origem da moeda como forma de troca (Uessler, 2008). Ao longo da história, a imagem dos mercenários foi associada de diversas formas. Às vezes, eram considerados corajosos, nobres, uma profissão como qualquer outra; em outras, eram vistos como oportunistas e covardes. Embora as companhias militares privadas de hoje não tenham muito em comum com seus ancestrais, podemos

observar como os mercenários foram julgados ao longo da história para entender a forma como os vemos atualmente.

O que podemos destacar, primeiramente, é que a violência, como monopólio legítimo do Estado, é um fenômeno tipicamente moderno. A prática da violência por agentes não-estatais era comum ao longo da história. O homem especializado em combate era uma das formas mais antigas da divisão do trabalho. Nas palavras de P. W. Singer:

Em momento inicial da história humana, eles se organizaram devido às grandes vantagens de escala no uso da violência. Embora a organização dos grupos militares na era antiga variasse segundo o local e a época, ela era tipicamente timocrática (baseada em dinheiro). As primeiras civilizações urbanas concentravam as armas nas mãos de determinados grupos com base no status econômico. A maioria dos primeiros governos não tinha condições de desenvolver estruturas administrativas especializadas ou forças armadas regulares. Em vez disso, os soldados treinados eram um recurso de primeira necessidade e, portanto, as unidades estrangeiras eram valorizadas pela experiência que poderiam acrescentar a qualquer exército da antiguidade. (Singer, 2008, p. 20, tradução nossa).

Os primeiros registros do uso de tropas mercenárias na Antiguidade remontam ao Egito Antigo e à Babilônia. No entanto, o exemplo mais famoso e digno de nota é o "Exército dos 10 mil", descrito pelo historiador grego Xenofonte (c.430 a.C. — c. 355 a.C.) em seu livro *Anábasis*, que relata o retorno dos mercenários gregos para a Grécia após a morte de seu contratante, um pretendente ao trono persa, forçando-os a marchar de volta para casa.

Ainda na Antiguidade, as Guerras Púnicas (a primeira entre 264-241 a.C, a segunda entre 218-201 a.C. e a terceira entre 149-146 a.C.) são exemplos notáveis do uso de tropas mercenárias. Nesses conflitos, observa-se como o uso de mercenários era visto negativamente. A vitória do exército de cidadãos romanos sobre as tropas mercenárias de Aníbal Barca é apresentada como um exemplo das vantagens de um exército "popular" ("cidadão, com questões de identidade e pertencimento) em comparação a um exército contratado. No entanto, a presença de tropas mercenárias no exército romano não era incomum, especialmente em funções especializadas, como arqueiros e cavalaria.

1. 1 - Suíços, Companhia livre e condottiere

A queda do Império Romano no Ocidente, trouxe o ressurgimento do uso de tropas por contrato, sendo que o fenômeno das "companhias livres" e dos "free lancers" tornou-se característico da Idade Média. Inicialmente, soldados ofereciam seus serviços de forma individual, como "free lancer", porém, com o tempo, esses soldados perceberam a vantagem de formarem companhias e negociarem coletivamente. Assim, o free lancer individual se transforma na companhia livre.

Essa organização facilitava a busca por ocupação, ao mesmo tempo que oferecia proteção. Durante tempos de conflito, esses guerreiros ofereciam seus serviços aos governantes locais, mas, em tempos de paz, essas organizações passavam a chantagear cidades e feudos. Devido a isso, os senhores feudais tendiam a contratar mercenários apenas durante guerras, para evitar que grupos de homens armados desempregados perturbassem suas propriedades.

França e Inglaterra, entre os séculos XII e XIV, ilustram as dificuldades de depender das companhias livres para o fornecimento de soldados, ainda que, no período medieval, a divisão entre soldado e mercenário fosse menos clara. Na época, a maioria dos guerreiros lutava por dinheiro, seja na forma de pagamento em moeda ou no direito a uma parte dos espólios (Percy, 2007).

Os mercenários eram escolhidos pelos soberanos devido aos problemas com o exército feudal, que carecia de disciplina e não era o mais confiável. Além disso, as companhias livres tinham a vantagem do treinamento especializado, como os besteiros genoveses (grupo treinado e organizado que atuava tanto na defesa da República Genovesa, quanto em favor de outras potências europeias, atuando como mercenários). Por esse motivo surge o sistema de "jucata militar", no qual o cavaleiro pagava para não prestar serviço militar, funcionava como uma forma de taxaço que financiava os mercenários, tornando mais conveniente contratar esses cavaleiros em tempos de guerra do que levá-los diretamente ao campo de batalha (Percy, 2007).

Apesar do amplo uso de cavaleiros contratados, a população não nutria simpatia pelos mercenários. No caso inglês, por exemplo, o cronista real, Gesta

Stephannii, descrevia essas tropas como vilões e bandidos que extorquiam cidades e comunidades rurais (Stephannii, 1972(1153) apud Percy, 2007).

A antipatia contra esses indivíduos era tão grande que uma das proposições da Magna Carta foi a expulsão de todos os cavaleiros estrangeiros (mercenários). A hostilidade contra esses guerreiros na Idade Média era baseada, em parte, no fato de serem estrangeiros. A Inglaterra continuou a usar “free lancers” durante a Guerra dos Cem Anos (série de conflitos entre a Inglaterra e a França, no final da Idade Média gerados pelas reivindicações inglesas ao trono francês, que duraram 116 anos).

Do outro lado do Canal da Mancha, na França, o uso de forças privadas coincidiu com a instabilidade política, como ocorreu durante a pausa de 1360 na Guerra dos Cem Anos (Singer, 2008). Esse problema era causado pela falta de controle governamental. Aqui, aplicando o princípio weberiano de que o governante é aquele que detém o monopólio legítimo da força, ou conforme o conceito do famoso sociólogo alemão:

O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado. (Weber, 1982, p. 103).

Segundo essa forma de pensamento, as companhias livres eram uma afronta ao esse preceito de Estado. O mercenário representava uma ameaça ao modo hierárquico típico do feudalismo, ou seja, consistia em estamentos autônomos que o governante trará para perto de si, se legitimando e se legitimando com o uso da força.

Frente a esse rival ao poder real, em 1362, o exército feudal francês enfrentou uma coalizão de companhias livres na Batalha de Brignais, resultando na derrota das forças francesas, o que gerou um clima de medo em todo o território. Como consequência, Carlos VII impôs uma nova taxa especial aos mercadores, utilizada para pagar regularmente várias companhias livres, em vez de contratá-las apenas temporariamente durante conflitos.

Assim, foi criada a “compagnies d’ordonnance”, uma das primeiras experiências de exército permanente na Europa pós-romana (Singer, 2008; Percy, 2007). Embora o sucessor de Carlos VII, Luís XI, tenha desmobilizado a infantaria das “compagnies d’ordonnance”, mantendo apenas a cavalaria, ele voltou a empregar mercenários suíços, tornando-se alvo das críticas de Maquiavel no capítulo XIII de “O Príncipe”.

Carlos VII, pai de Luís XI, depois de ter com a sua fortuna e virtude [virtú] libertado a França dos ingleses, compreendeu esta necessidade de se armar com armas próprias, e ordenou em seu reino a criação de milícias de cavalaria e infantaria. Mais tarde o rei Luís, seu filho, dissolveu a de infantaria e começou a assoldar os suíços. Este erro, repetido por outros, é, como se vê agora, origem dos perigos que ameaçam aquele reino. (Maquiavel, 2019(1532), p.86).

A partir do século XIII, com o renascimento comercial e urbano no norte da Itália, a região tornou-se um pivô no surgimento de uma nova encarnação do guerreiro contratado: o “condottiere”. Seu nome vem do termo “condotta”, que significa contrato; esses guerreiros de aluguel lutavam em nome das cidades-estado italianas. Esse sistema surgiu como uma maneira de as guildas e governantes das cidades evitarem perder seus melhores cidadãos nos conflitos, além de impedir o armamento e o treinamento da população, mantendo assim o status quo.

Muitos pensadores renascentistas eram contra o uso de mercenários, o principal deles sendo o florentino Maquiavel. Ele classificava as tropas de um príncipe ou de uma república em três tipos: as próprias, as mercenárias e as auxiliares, sendo as duas últimas, segundo ele, “perigosas e inúteis”.

Outros escritores humanistas da mesma época compartilhavam a visão de Maquiavel, o poeta Petrarca, como exemplo, os julgava como: “O ódio das forças mercenárias de sua época era pitoresco e irrestrito (...) 'coortes de ladrões e assassinos'” (Bayley, 1967 apud Percy, 2007, p. 132, tradução nossa), um dos argumentos dos teóricos renascentistas era o de que o uso de mercenários minava o espírito cívico. Eles condenavam o uso dos “condottier” com base no argumento de que tal prática impedia os cidadãos de apoiarem o Estado, o que poderia levar à tirania.

Sarah Percy, citando dois importantes pensadores do Renascimento italiano, Leonardo Bruni e Francesco Guicciardini, argumenta que a principal

oposição ao uso de mercenários nesse período baseava-se no fato de que, uma vez que as cidades parassem de usar seus próprios cidadãos no exército e passassem a empregar mercenários, isso corromperia os cidadãos.

A dependência de terceiros para garantir algo que deveria ser responsabilidade deles próprios — o bem público e a liberdade — os enfraqueceria.

Tendo em vista a análise de como o uso de mercenários era observado nos países anfitriões¹, passaremos agora a examinar como a sociedade que exportava esse tipo de soldado se relacionava com a prática do comércio de “almas”. Usando a Suíça como estudo de caso, observamos que não apenas as sociedades anfitriãs tinham uma perspectiva negativa sobre os soldados contratados, mas também que as sociedades que vendiam esses serviços enfrentavam oposição interna à prática.

As referências aos mercenários suíços datam de longa data. Entre os séculos XII e XIV, os mercenários suíços se organizavam como “*free lancers*”. No entanto, foi somente quando os cantões começaram a formar companhias livres para oferecer seus serviços ao exterior, que o soldado suíço se tornou uma presença comum no campo de batalha.

Porém, como seria a visão interna a respeito dos mercenários? Zuínglio, teólogo calvinista, mostrava-se inconformado com a “venda de corpos”. Tendo acompanhado soldados como capelão e testemunhado a Batalha de Marignano, onde cerca de dez mil mercenários suíços pereceram, estava convencido de que “o serviço mercenário, a venda de carne e sangue por ouro, era imoral” (Zuínglio apud Percy, 2007, p. 74).

A ideia de que o serviço de soldado contratado no exterior distraía esses homens de seu verdadeiro dever — preservar a Suíça e mantê-la livre — era um ponto central da crítica. Além disso, como clérigo, Zuínglio condenava o serviço mercenário sob um prisma moral, afirmando que aceitar dinheiro de um governante estrangeiro para atacar inocentes era um pecado. Para ele, todos os que participavam dessa prática eram cúmplices de injustiça.

¹ Anfitrião, neste contexto, significa o país hospedeiro, o qual contrata o mercenário.

No século XVII, a maioria dos exércitos era um amálgama de diversas nacionalidades e companhias livres. Nessa circunstância, surgiu o "empresário militar", um intermediário que negociava entre as companhias livres e a parte contratante. Esse empresário era responsável por equipar, vestir, treinar as tropas e alugá-las aos monarcas europeus.

O ponto alto desse desenvolvimento foi alcançado na Guerra dos Trinta Anos, mas esse conflito foi caracterizado pelo florescimento e desenvolvimento de uma ampla variedade de sistemas diferentes do que poderia ser chamado de "parcerias público-privadas" no emprego da força militar. (Parrott, 2012, p.19–20, tradução nossa).

Embora o resultado da Guerra dos Trinta Anos (série de conflitos entre várias nações europeias à partir de 1618) tenha garantido a soberania nacional, ou seja, o monopólio interno da força, essa soberania foi construída a partir do uso da força privada.

A Paz de Westfália marcou o fim das companhias livres, mas não do mercenarismo. Como mencionado anteriormente, a "empresa militar" e o "intermediário" foram as formas pelas quais o mercado privado da violência sobreviveu na Europa após o fim da Guerra dos Trinta Anos. No entanto, forças privadas ainda eram empregadas com frequência nas áreas periféricas, e companhias comerciais, como a Companhia das Índias Orientais Inglesa e holandesa, que possuíam exércitos e frotas próprias que poderiam rivalizar com os de seus países de origem. Era comum que estados menores alugasse suas forças para outros estados, esse era caso dos mercenários alemães, empregados pela Grã-Bretanha na Guerra de Independência dos Estados Unidos.

1. 2 Do soldado da fortuna ao soldado cidadão

No século XVIII, os exércitos nacionais eram formados por uma mescla de diversas nacionalidades, incluindo alemães, escoceses, suíços e até albaneses, que integravam as tropas dos monarcas absolutistas. No entanto, assim como o sistema social do "*ancien régime*", a estrutura de serviço militar da época foi alvo de críticas dos filósofos iluministas. Dessa forma, desde os patriotas da Revolução Americana até pensadores como Rousseau, é possível identificar objeções ao uso de tropas mercenárias.

A Revolução Americana representou, na era moderna, o primeiro exemplo de um exército formado por cidadãos unidos pelo patriotismo. Em contraposição, os britânicos mobilizaram suas próprias tropas, além de tropas auxiliares “contratadas” de principados do Sacro Império Romano-Germânico, com a maioria oriunda de Hessen-Kassel, conhecidos pelos revolucionários americanos como hessianos.

A Guerra de Independência dos Estados Unidos não foi apenas um confronto entre dois tipos de exércitos, mas também um embate ideológico sobre quem deveria participar da guerra (Percy, 2007). Para os colonos, a utilização de mercenários pela coroa britânica era vista como abominável, e o exército de cidadãos revolucionários tornou-se uma expressão da tradição republicana, que sustenta que os cidadãos têm o dever de proteger o bem público.

A Revolução Americana, localizada ideologicamente na tradição republicana do século XVIII, não apenas resultou no fim do domínio britânico e na criação de uma república, mas também estabeleceu os meios para alcançar esses objetivos.

A partir da interpretação de Maquiavel feita pelo teórico inglês James Harrington, os Fundadores dos EUA acreditavam que uma república em guerra tinha uma vantagem sobre um governo monárquico. Isso porque ela poderia contar com os esforços de cidadãos livres, que tinham interesses na sociedade e, portanto, um incentivo digno, ao invés de depender apenas do lucro ou da coerção de um déspota.

Assim, um dos aspectos mais importantes da cidadania, retornando a Maquiavel, seria que lutar pela república não era apenas um dever do cidadão, mas uma necessidade para garantir sua liberdade. Dessa forma, a liberdade estaria assegurada tanto pelo direito de ser o único defensor da república quanto pelo direito de votar no próprio governo.

Esse credo do “cidadão-soldado” é incompatível com o uso de mercenários, que, como mencionado anteriormente, impediria o cidadão de cumprir seu dever de garantir sua própria liberdade e a segurança da república. Portanto, os revolucionários americanos foram os primeiros a colocar em prática

o que teóricos do Renascimento e do Iluminismo haviam teorizado sobre o modelo de serviço militar.

Além disso, a nova nação americana se opôs energeticamente ao uso de mercenários pelos britânicos. A Declaração de Independência destaca que o uso de mercenários pelo Rei Jorge III era uma das principais queixas dos colonos. O documento também caracteriza o uso de estrangeiros como um comportamento tirânico e incivilizado. Para os revolucionários, o uso de soldados da fortuna demonstrava que os britânicos estavam interessados em conquistar, e não em reconciliar-se com as colônias (Percy, 2007).

O uso de mercenários demonstrou aos americanos que os britânicos não estavam dispostos a tratar a disputa como uma questão interna e que responderiam com força, usando tropas que haviam comprado porque não tinham ou não podiam inspirar seus próprios homens. (Percy, 2007, p. 126, tradução nossa).

Por consequência, os revolucionários americanos, com seu ideal de “cidadão-soldado”, viam no exército continental formado por cidadãos um meio para alcançar um fim que só poderia ser garantido pelo soldado inspirado pelo patriotismo.

Assim como os revolucionários americanos, a adoção do ideal de “cidadão-soldado” pelos revolucionários franceses foi uma conclusão lógica do ideal revolucionário. A tradição francesa de um proto-exército permanente, as *compagnies d'ordonnance*, junto com os preceitos iluministas, tornavam o conceito de estrangeiros lutando por dinheiro algo repugnante. Assim, as discussões sobre o serviço militar pelo cidadão vinham acompanhadas de críticas ao uso de mercenários. Para os iluministas, o cidadão não apenas era um soldado melhor, por ter valores superiores, mas também representava os ideais da França revolucionária.

Sarah Percy, ao analisar os escritos de Jean-Jacques Rousseau, destaca-o como um dos principais idealizadores do futuro exército revolucionário francês. Ela argumenta que Rousseau delineou os princípios do “cidadão-soldado” com base no conceito de patriotismo que ele desenvolveu. Para Rousseau, tornar um povo virtuoso exigia, antes de tudo, fazê-lo amar sua pátria.

Seguindo essa linha de pensamento e retomando ideias semelhantes às dos pensadores renascentistas, Percy defende que, para formar um verdadeiro cidadão, é necessário que ele ame seu país, e que o uso de tropas compostas por estrangeiros (mercenários) impediria a maior prova de amor à pátria: o sacrifício pela sua defesa.

Rousseau acreditava que, como os mercenários vendiam seus serviços, eles não tinham responsabilidade ou respeito pela população local. Além disso, o pensador iluminista associava o uso de mercenários à queda da República Romana, pois esses soldados eram leais a César, e não a Roma (Percy, 2007).

Pode chegar um momento em que os cidadãos, por não se considerarem mais interessados na causa comum, deixem de ser os defensores da pátria e no qual os magistrados prefiram comandar mercenários em vez de homens livres, nem que seja para usar os primeiros em um momento e local adequados para subjugar os segundos com mais eficácia. Essa era a situação de Roma no final da República e sob o comando dos imperadores. Por todas as vitórias dos primeiros romanos, assim como as de Alexandre, foram conquistadas por cidadãos corajosos que sabiam como dar seu sangue ao seu país em um momento de necessidade, mas nunca o venderam.(...) Por outro lado, esses mercenários, cujo valor podia ser determinado com base no preço pelo qual se vendiam a si, orgulhavam-se de seu rebaixamento, desrespeitavam as leis pelas quais eram protegidos, bem como seus companheiros, cujo pão comiam, e acreditavam que era uma honra maior serem satélites de César do que defensores de Roma. E, como eram entregues à obediência cega, sua tarefa era ter as espadas levantadas contra seus concidadãos, prontos para massacrá-los ao primeiro sinal. Não seria difícil mostrar que essa foi uma das principais causas da ruína do Império Romano (ROUSSEAU, 1987, p. 131, tradução nossa).

Essa analogia com a República Romana, onde a introdução de tropas estrangeiras levou à tirania, também se aplicava à França, onde a guarda real da época utilizava suíços como tropa de elite. Se no passado os suíços lutaram contra a tirania, agora, por dinheiro, passaram a trabalhar para os opressores. Assim, o uso de mercenários poderia ser resumido na seguinte frase, de acordo com Rousseau: “Onde quer que o dinheiro reine, o dinheiro que o povo dá para manter sua liberdade é sempre o instrumento de sua escravidão; e o que ele paga voluntariamente hoje é usado amanhã para obrigá-lo a pagar” (ROUSSEAU, *Constitutional Project for Corsica*, 2017, p. 909, tradução nossa).

No entanto, surge a pergunta: qual seria o melhor modelo militar para o pensador francês? Engana-se quem pensa que Rousseau fosse a favor de um exército tradicional, regular e permanente. Em sua obra “*Considerações sobre o*

Governo da Polônia”, ele deixa claro que vê a instituição do exército permanente como algo prejudicial, que contribui apenas para a despopulação da Europa e serve apenas para a conquista dos vizinhos. Para ele, o melhor modelo militar seria a constituição de uma milícia² de autodefesa, pois esta não representaria um peso ao orçamento do Estado. Além disso, serviria como uma forma de praticar o patriotismo. No caso polonês, Rousseau recomenda: “Esforcem-se, portanto, sem pausa ou relaxamento, para levar o patriotismo ao mais alto nível em cada coração polonês” (ROUSSEAU, *Considerations on the Government of Poland*, 2017, p. 975, tradução nossa).

A Revolução Francesa não representou apenas o fim da monarquia, mas também o encerramento do modelo militar que vigorava anteriormente. A ideologia revolucionária moldou não só a sociedade, mas também o exército revolucionário: se o antigo exército visava a conquista, o novo deveria se alinhar aos ideais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

O debate sobre o novo exército francês era composto por dois modelos distintos. O primeiro, proposto pelo ministro da Guerra pós-revolucionário, La Tour du Pin, sugeria que o novo exército fosse formado por uma pequena força mercenária profissional, apoiada por uma milícia composta por homens de posses. O segundo, de Dubois-Crancé, rejeitava essa ideia, argumentando que a situação da França exigia medidas extremas: "Todo cidadão deve ser um soldado e todo soldado deve ser um cidadão, se a França não quiser ser totalmente destruída" (Percy, 2007, p. 132, tradução minha). A França optou pela proposta de Dubois-Crancé e foi além. Em 1793, todos os franceses foram convocados a auxiliar no esforço de guerra, no que ficou conhecido como “*levée en masse*”, como afirma Stewart ao citar o Decreto de 23 de agosto de 1793.

Os jovens irão para a batalha; os homens casados forjarão armas e transportarão provisões; as mulheres farão tendas e roupas e servirão nos hospitais; as crianças transformarão linho velho em fiapos; os velhos irão aos locais públicos para estimular a coragem dos guerreiros e pregar a unidade da República e o ódio aos reis (Stewart, 1951, apud Percy, 2007, tradução nossa).

² Milícia, neste contexto, significa uma organização militar constituída por cidadãos, não soldados profissionais, utilizados em caso de emergência e normalmente apenas na defesa local.

Todos os franceses deviam participar do esforço de guerra, assumindo o dever em troca da cidadania. O uso de mercenários nesse contexto sabotaria a própria ideia de um exército nacional, uma vez que essa nova ideologia desaprovava aqueles que servissem por dinheiro. O novo exército francês seria, teoricamente, composto por voluntários e conscritos comprometidos com o bem-estar da nação, e o salário não deveria ser o incentivo principal.

Esse exército deveria refletir uma sociedade revolucionária, um corpo de combate encarregado de defender o Estado revolucionário, onde o patriotismo e o republicanismo formavam a força motriz que animava a nação e inspirava seus soldados a um compromisso inabalável com os ideais da revolução.

Dessa forma, o exército não se limitava a uma função defensiva; ele simbolizava os valores fundamentais do novo Estado, promovendo igualdade e fraternidade entre seus integrantes. Além disso, essa instituição não era apenas uma ferramenta de defesa territorial, mas também um instrumento de propagação dos princípios republicanos, incentivando os cidadãos a participarem ativamente na construção e defesa da nova ordem.

Foi durante as Guerras Revolucionárias e Napoleônicas que a profissão de mercenário passou a ser vista de forma negativa, adquirindo a conotação que tem hoje. Em 1790, a Assembleia Constituinte da França proibiu o uso de mercenários em solo francês, e poucas décadas após o Congresso de Viena, as demais nações europeias seguiram o exemplo francês. A decisão de criar exércitos nacionais como substitutos para as tropas contratadas se baseou em vários fatores: o aumento da escala das guerras, o progresso técnico (a pólvora permitiu o treinamento em massa; se antes eram necessários anos para treinar um arqueiro, um mosqueteiro podia ser formado em semanas), a centralização do Estado, que possibilitou uma melhor administração e a criação de tropas regulares, além do fato de que, na prática, soldados regulares estavam mais dispostos a morrer por ideais patrióticos do que mercenários, que lutavam apenas por salário (Singer, 2008; Uessler, 2008).

Além disso, a maioria dos países proibiu que seus cidadãos fossem recrutados por nações estrangeiras ou que lutassem por elas. Diversas leis e

tratados internacionais também foram criados contra o mercenarismo. No século XX, o uso de tropas contratadas passou a desempenhar um papel marginal.

1. O Retorno

No século XX, o uso de tropas privadas tornou-se sinônimo da imagem do europeu branco lutando em países africanos por interesses coloniais. Pequenos batalhões, financiados por grandes mineradoras, atuavam em regiões separatistas. Contudo, ao final da Guerra Fria, surgiu o fenômeno das PMCs, PSCs, PMSCs ou CMPs (Private Military Company, Private Security Company, Private Military Security Company ou Companhias Militares Privadas), um novo tipo de companhia especializada no fornecimento de serviços de segurança.

Esses serviços variavam desde o fornecimento de tropas, suporte técnico, inteligência e até atividades de suporte, como logística e manutenção. Por ora, abordarei o motivo do ressurgimento do uso de tropas privadas, o contexto e os fatores que permitiram que esses agentes não estatais da violência retornassem aos campos de batalha no século XXI.

As PMCs não representam um retorno ao velho modelo de companhias livres, nem há uma única causa por trás de sua ascensão. Na verdade, esse modelo reflete uma mudança na segurança global no final dos anos 1990 e início do século XXI. O fim da bipolaridade da Guerra Fria marcou o término de uma ordem global; a queda do Muro de Berlim não poderia ser mais simbólica, com dois países tornando-se um de um dia para o outro uma única nação. Nos escombros dessa velha ordem, surgiu um vácuo na segurança global que o mercado visou preencher.

Três fatores permitiram a entrada do mercado no setor militar. Alguns derivam de tendências de longa data, enquanto outros surgiram devido à conjuntura daquela época. Um deles foi o neoliberalismo (doutrina desenvolvida a partir de 1970, que defende a livre concorrência e a liberdade de mercado, enquanto restringe a intervenção estatal na economia e demais setores- Estado Mínimo), que legitimou a entrada do mercado em setores antes considerados domínio exclusivo do Estado. Um outro foi a transformação na natureza do campo de batalha pela incorporação da tecnologia da informação; e houve ainda os efeitos colaterais do fim da Guerra Fria.

Nas últimas décadas do século XX, houve uma onda de terceirização e privatização de funções antes de responsabilidade estatal. Essa onda começou com o governo de Thatcher no Reino Unido em 1979, quando a economia britânica passou por uma série de privatizações de setores industriais antes controlados pelo Estado. O exemplo britânico foi seguido por outras nações, e a privatização tornou-se norma ao redor do globo. Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional desempenharam um papel crucial na transformação desse experimento britânico em uma realidade global. Com a queda do Muro de Berlim, nos países da antiga "Cortina de Ferro", a privatização tornou-se sinônimo de democratização. Nesses países, a privatização das indústrias estatais era apresentada como um passo em direção à democracia liberal.

Nos anos 1990, a privatização andava de mãos dadas com a globalização. Essa tendência foi adotada em todo o mundo. Não demorou muito para que setores antes considerados "intocáveis" fossem privatizados ou terceirizados. No campo da segurança, os primeiros setores a serem afetados foram a indústria de produção de armas e de pesquisa e desenvolvimento, resultando na privatização da tecnologia de defesa e produção. Logo, a privatização da proteção, representada pelas **PMCs** (empresas militares privadas), tornou-se um passo natural após a terceirização de setores estratégicos da economia da defesa.

A implementação de novos recursos tecnológicos também contribuiu para a entrada do mercado no setor militar. A incorporação da tecnologia da informação tanto no armamento quanto na condução da guerra tornou necessária a operação de novos armamentos pesados, mísseis de cruzeiro, torretas, jatos de 5ª geração, entre outros. Esse equipamento exigia mão de obra especializada, que não se encontrava em número suficiente nas forças armadas.

Em vez de treinar seu contingente para essas novas exigências, optou-se por contratar companhias de armamento para fornecer o pessoal capacitado para operar esses equipamentos. Diante disso, empresas como a Lockheed Martin não apenas vendem seu equipamento para as forças armadas dos Estados Unidos, mas também fornecem o pessoal para operá-los.

Outro sintoma da introdução da guerra eletrônica que colaborou para a terceirização nesse setor foi a revolução no meio de informações. A ampliação da internet, principalmente na área civil, levou à expansão dos sistemas apoiados em processamento eletrônico. Dados de bancos, CCTV (circuito fechado de televisão), GPS (Sistema de Posicionamento Global) e digitalização elevaram a dependência em relação à tecnologia, fazendo com que o mercado respondesse a essas necessidades. A necessidade de informatização não ocorreu somente no setor privado; os serviços de inteligência dos países passaram a depender cada vez mais da tecnologia. Dessa forma, a indústria privada, que possuía expertise nesta área, passou a fornecer seus serviços às agências estatais.

O último fator que contribuiu para a terceirização no setor militar foi o aumento no número de conflitos e o novo tipo de confronto típico do pós-Guerra Fria. Se antes a guerra em potencial era entre duas superpotências com armas nucleares e exércitos regulares, no século XXI testemunhamos o aumento da guerra assimétrica entre insurgentes e forças regulares.

Além disso, o eixo bipolar provia uma ordem que fazia com que os conflitos ocorressem na linha ideológica que imperava no período. Por outro lado, os confrontos dos anos 1990 e 2000 firmaram-se também no sectarismo religioso e étnico. A superpotência remanescente, os EUA, promoveu a chamada “Guerra ao Terror”, não contra um Estado em si, mas contra um grupo amorfo e descentralizado de células terroristas.

Além disso, a desmobilização de contingentes de soldados e a venda do excedente dos arsenais dos países da antiga “Cortina de Ferro” inundaram o mercado com equipamentos e especialistas, possibilitando a formação das companhias militares privadas — esse seria o lado da oferta.

Do lado da demanda, a desmobilização e o crescimento dessas novas guerras criaram um vácuo na segurança. Ao contrário do período da Guerra Fria, no qual os países ocidentais e a União Soviética estavam dispostos a intervir, o bombardeio na Sérvia, o fracasso da intervenção na Somália e a Primeira Guerra do Golfo resultaram em perdas de vidas de soldados americanos, gerando protestos na sociedade civil. Como consequência, os países ocidentais

tornaram-se cada vez mais relutantes em intervir em conflitos regionais. Essa combinação entre a oferta de especialistas por parte das empresas privadas e a necessidade de segurança por parte dos Estados, criou um mercado no qual as companhias militares privadas começaram a atuar e se desenvolver.

Discutidos os fatores que possibilitaram o retorno de agentes privados da coerção ao campo de batalha, agora discutiremos as diferenças entre o mercenarismo e as companhias militares privadas.

2.1 A diferença entre os mercenários e os “novos mercenários”

Ainda que existam afirmações de que a única diferença entre os mercenários individuais e as PMCs seja que estas últimas têm contrato com Estados, esse julgamento é mais normativo do que analítico. Incentivos econômicos conduzem tanto os mercenários individuais quanto as “PMCs”, mas distinções alteram esses dois tipos de agentes e a maneira como agem (SINGER, 2008; ADAMS, 2008). Além disso, a alegação de que a única diferença é que o Estado é o contratante está equivocada, pois assume que o único cliente das companhias seja o Estado, na verdade, as PMCs atendem a uma diversidade de clientela.

Essas companhias são firmas, o que as diferencia dos antigos modelos (ADAMS, 2008). Várias mudanças acompanham essa corporatização, como a organização hierárquica e a operação em um mercado lícito e aberto. Além disso, essas empresas se especializam ou operam em diversos nichos.

Isso contrasta com o modelo dos mercenários, que funcionam mais como uma associação de indivíduos do que como uma companhia. As CMPs são organizadas em estruturas pré-estabelecidas em um modelo empresarial, com uma clara hierarquia executiva, mesa de diretores e acionistas. Isso proporciona uma estrutura permanente que compete em um mercado global.

Isso implica que esses atores militares privados são conduzidos pelo lucro da firma, não pelo individual, aproximando-os mais de uma empresa comum do que do mercenário. Portanto, essas companhias são reconhecidas legalmente como firmas (empresas privadas), distinguindo-as do antigo soldado da fortuna que operava no mercado clandestino.

Além disso, essas empresas oferecem uma série de serviços que vão além do fornecimento de tropas, como treinamento, logística, suporte e manutenção. Como mencionado anteriormente, essas firmas militares trabalham com uma série de clientes que vão além dos governos, incluindo organizações internacionais, não governamentais e multinacionais.

Outra diferença é seu relacionamento com empresas de outros setores. Além de seus clientes, essas empresas normalmente fazem parte de holdings e conglomerados, trazendo um novo tipo de “legitimação” e conexões para as PMCs.

Essas alterações se casam perfeitamente com a chamada “economia de guerra”, ou seja, um conjunto de práticas econômicas excepcionais adotadas pelos governos em certos períodos de agitações, isolamento econômico ou conflitos armados.

Em suma, as diferenças entre as companhias militares privadas e os mercenários são: estrutura corporativa, lógica de lucro de firma em vez de individual, variedade de serviços e clientela, e ligação com o mercado financeiro.

2. Iraque:

3. 1 Mandato e Independência

Para entender o uso de mercenários no Iraque, é necessário primeiro compreender a história do país. Como um dos berços da agricultura, a região que hoje corresponde ao Iraque tem uma história muito longa e rica. No entanto, para o propósito deste texto, restringirei a análise ao que é essencial para compreender a história do país como uma nação moderna. Durante a Grande Guerra, o Iraque fazia parte do Império Turco-Otomano, que, na época, integrava as Potências Centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano) em luta contra a Entente (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos). Neste contexto, o surgimento do Iraque como uma nação moderna está vinculado à Revolta Árabe contra os turcos, apoiada pelos britânicos.

As tropas britânicas no Iraque, inicialmente, tinham como objetivo controlar a província de Basra e seu interior, numa tentativa de garantir o controle

das áreas petrolíferas e a segurança da rota marítima para a Índia (Abdullah, 2006). Durante o conflito, os britânicos prometeram aos árabes a independência após o término da guerra, sendo a promessa do general britânico Stanley Maude, líder da guarnição no Iraque, o fato mais lembrado quando suas tropas alcançaram Bagdá: “Nossos exércitos não entram em suas cidades e terras como conquistadores ou inimigos, mas como libertadores” (Abdullah, 2006, p. 11, tradução minha).

Todavia, essa promessa de liberdade não foi cumprida, e o destino do Oriente Médio pós-otomano já havia sido decidido entre as duas potências europeias da Entente. O Acordo Sykes–Picot de 1916 dividiu parte do Oriente Médio entre França e Grã-Bretanha, ficando a primeira com a Síria e o Líbano, e os britânicos com Jordânia, Iraque e Palestina. A Liga das Nações reconheceu o Iraque como um mandato britânico no pós-guerra, que deveria durar até que o país tivesse condições de operar como uma nação independente (Abdullah, 2006).

Durante o mandato, os britânicos tomaram medidas contraditórias, que ora concentravam, ora fragmentavam o poder. Isso se deu na forma de concessão do poder administrativo aos xeiques tribais, por meio do “Tribal Criminal and Civil Disputes Regulations of 1916” (Abdullah, 2006, p. 12). De acordo com essa lei, os xeiques eram autorizados a coletar impostos, cuidar da administração e do policiamento de seus respectivos territórios.

Apesar de fornecer apoio a essas elites locais, a população iraquiana resistiu, pois, as promessas de independência não foram esquecidas. Em 1920, as tribos da região do Eufrates se rebelaram contra a tentativa de centralização do Estado. Além disso, os habitantes das cidades, influenciados por ideologias nacionalistas em Bagdá, e líderes religiosos aproveitaram a oportunidade para se juntar à revolta, que mais tarde foi apoiada inclusive pelos curdos do norte.

A rebelião falhou, mas serviu para reforçar o nacionalismo iraquiano e fomentar a união e o apelo à independência. A rebelião fez com que os britânicos mudassem sua política em relação ao país. Visto que o domínio direto era a fonte do ressentimento, optou-se por manter a influência britânica de maneira indireta,

e assim, Faisal, filho do xerife Hussein de Meca, um dos líderes da Revolta Árabe, foi coroado como Rei do Iraque.

Houve um período de transição entre a autoridade britânica e o novo rei, e com o Tratado Anglo-Iraquiano de 1932, o país receberia sua independência. No entanto, essa independência existia apenas no papel, e na realidade os britânicos ainda mantinham influência no Iraque. De acordo com Thabit A. J. Abdullah:

Em 1930, foi assinado o Tratado Anglo-Iraquiano, segundo o qual o país receberia sua independência desde que concordasse com o controle ou a influência britânica sobre a política externa e militar do Iraque. A Grã-Bretanha também ganhou o direito de manter duas bases aéreas perto de Bagdá e Basra. Em outros acordos, a Grã-Bretanha garantiu o controle total sobre as operações de petróleo do Iraque por meio da Iraqi Petroleum Company, um consórcio de várias empresas. Os nacionalistas iraquianos condenaram o tratado como uma capitulação ao colonialismo, enquanto os líderes pró-governo argumentavam que esse era apenas o primeiro passo para a independência total. (Abdullah, 2006, p. 15, tradução nossa).

3. 2 Monarquia à República

Entre 1932 e 1958, a monarquia iraquiana conseguiu promover desenvolvimento econômico e lançar as bases para mudanças sociais, mas permaneceu impopular. O Iraque era um estado jovem, multiétnico, multirreligioso e multicultural, onde os antigos modos de vida ainda imperavam e as fronteiras não passavam de traços no papel. Durante esse período, o único grupo que dominou a política do país foi o dos senhores de terras, que controlavam a maioria das áreas agrícolas. Os partidos políticos, fora da oposição, eram meras manifestações dos interesses de diferentes setores desse grupo.

A instituição que mais tarde também dominaria a política, que foi fundada nessa época, foi o exército. O rei Faisal e seus sucessores constantemente aumentavam e reforçavam o exército. Em 1934, uma lei de serviço militar obrigatório foi aprovada, e a maioria do oficialato era composta de árabes sunitas, que tinham uma perspectiva nacionalista e desprezavam o domínio estrangeiro.

Fator importante que contribuiu para o fim da monarquia foi a expansão da educação. Por um lado, uma sociedade civil educada levou a um aumento na produtividade e poderia ter servido como pretexto para a legitimação política do monarca. Todavia, o que ocorreu foi a criação de uma geração com altas expectativas e habilidades para articular suas demandas e formar grupos de oposição.

Para remediar esses antagonismos que fermentavam na sociedade, a monarquia renegociou a divisão dos lucros da extração do petróleo, conseguindo 50% do lucro com a Companhia de Petróleo do Iraque (um consórcio estrangeiro de múltiplas empresas). Como consequência, a economia iraquiana passou de agrícola para exportadora de petróleo; em 1968, 62% do orçamento do Estado vinha da produção de petróleo.

Durante a Guerra Fria, a oposição antimonarquista era politizada pelos nacionalistas árabes e pelos comunistas, enquanto a coroa tentava se manter na esfera ocidental. A revolução do Egito em 1952, seguida pela ascensão de Nasser, foi o estopim que acendeu o barril de pólvora no qual o Iraque havia se tornado. Em 14 de julho de 1958, uma parte do exército, liderada pelo General Abdul-Karim Qasim e o Coronel Abdul-Salam 'Arif, tomou pontos estratégicos de Bagdá e, pouco tempo depois, derrubou a monarquia iraquiana. Assim como no Egito, o oficialato aproveitou-se do descontentamento social e do clima de instabilidade para instaurar um regime republicano.

A constituição temporária da nova república reconhecia o Iraque como um estado binacional, árabe e curdo, e promoveu múltiplas reformas internas e externas. No setor interno, a reforma agrária foi instaurada como forma de combater o poder dos senhores de terras, que eram a base social da monarquia.

No aspecto social, os privilégios tribais foram abolidos, a posição social da mulher foi melhorada e houve uma expansão da educação pública.

No cenário internacional, o Iraque adotou uma postura de país não-alinhado, estabelecendo relações com o bloco socialista e retirando concessões de bases e tropas britânicas de seu território. As reformas econômicas de Qasim no setor petrolífero ampliaram o controle do Estado sobre a Companhia Petrolífera Iraquiana, de capital inglês, e aumentaram a participação nos lucros.

Em 1960, o Iraque tornou-se um dos fundadores da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

No entanto, desacordos internos começaram a surgir na junta revolucionária governante. A questão do nacionalismo árabe e da união árabe gerou fricções e conflitos. Em 1958, o Egito e a Síria se uniram, criando a República Árabe Unida.

Havia a expectativa de que a nova república iraquiana se juntaria a essa união, mas, ao contrário do esperado, Qasim se recusou, alegando optar por uma união mais sutil. Isso serviu como justificativa para as forças anti-Qasim, descontentes com sua liderança e apoiadas pelos nacionalistas árabes e setores dissidentes do exército, lançarem um golpe militar em 1963, liderado por Arif.

Nesta ocasião, surge pela primeira vez a força política que dominaria o Iraque até a invasão americana em 2003: o Partido Ba'ath. No início, o partido participou timidamente, como parte da aliança liderada por Arif, mas, com o tempo, sua influência e poder se espalharam pelo Estado iraquiano. Após o golpe, Arif afastou os membros do Partido Ba'ath de sua coalizão governante, mas não os perseguiu, permitindo que o partido se reorganizasse sob a liderança de Ahmad Hasan al-Bakr, um militar, e de Saddam Hussein, um civil.

A coalizão de Arif era composta por militares e nacionalistas árabes. Embora tivesse ascendido ao poder como parte do bloco pró-Nasser no Iraque, Arif não se uniu à República Árabe Unida. Seu governo implementou uma série de nacionalizações que transferiram diversos setores econômicos para as mãos do exército.

Além disso, a maior mudança desse período foi a nomeação de membros de sua tribo, composta por sunitas da região rural, vindos do “triângulo sunita”, para cargos civis e militares importantes (Abdullah, 2006). Após a morte de Arif, as divisões políticas ressurgiram. Seu irmão mais novo, que assumiu em seu lugar, não tinha a experiência necessária para manter o poder. Nesse contexto, o Partido Ba'ath aproveitou a oportunidade e tomou o poder.

3. 3 Saddam: Ascensão e Queda

Em 1968, o Partido Ba'ath, junto com um grupo de oficiais descontentes, tomou o poder, derrubando o irmão de Arif. O novo governo foi composto por Ahmad Hasan al-Bakr, que se tornou presidente do Conselho do Comando Revolucionário (Cleveland, Bunton, 2009), o órgão de decisão do Estado. Saddam Hussein tornou-se vice-presidente do conselho.

Ele, como a maioria dos membros do governo, era oriundo da área rural da província de Tikrit. Devido ao fato de que, antes e durante o governo de Saddam, os quadros políticos do partido Ba'ath eram compostos majoritariamente por pessoas dessa província, historiadores resumiram o governo do partido Ba'ath com a seguinte frase: "os Tikritis governam através do partido Ba'ath, e não o partido Ba'ath através dos Tikritis" (Cleveland, Bunton, 2009, p. 409, tradução nossa).

Nos anos seguintes ao golpe, o exército passou por uma série de expurgos em seu alto escalão, substituindo os militares por aqueles leais ao partido, oriundos da mesma província. Saddam Hussein mantinha o controle sobre a ala civil do partido e a milícia Ba'ath, além de ser responsável pela agência de inteligência interna.

Por volta dos anos 1970, Saddam já controlava o regime nos bastidores, enquanto al-Bakr continuava a ter um papel importante, principalmente como elo com as forças armadas, devido à sua origem militar. Saddam e al-Bakr trabalharam juntos para garantir o domínio do partido sobre a política nacional. Ainda na década de 1970, o Iraque tornou-se um país de partido único, e a partir daí, o partido Ba'ath estendeu sua influência por toda a sociedade, incluindo sindicatos, grupos estudantis e as forças armadas.

Nesta última, a promoção dentro da instituição era determinada pela adesão ao partido ao longo do tempo. Em 1976, al-Bakr nomeou Saddam como general no exército, mesmo sem ele ter experiência militar prévia. Com Saddam inserido no círculo militar, o papel de al-Bakr como ponte de contato com as forças armadas foi gradualmente reduzido; em 1979, ele renunciou. Saddam o sucedeu como presidente e secretário-geral do partido. Após uma série de expurgos no exército e no partido, Hussein concentrou os poderes do Estado em

suas mãos, tornando-se de fato o governante único do Iraque (Cleveland, Bunton, 2009).

A reforma econômica mais importante desse período foi, sem sombra de dúvidas, a nacionalização da Companhia Iraquiana de Petróleo, um evento com impacto político-econômico significativo.

Do ponto de vista econômico, essa medida proporcionou ao governo um influxo de caixa que permitiu investir no desenvolvimento industrial, principalmente nos setores petroquímico e siderúrgico. Além disso, possibilitou o corte de impostos, a criação de um estado de bem-estar social e a oferta de educação gratuita.

Na área política, a nacionalização foi a medida mais popular do regime de Saddam Hussein, servindo como forma de legitimação. Todavia, o governo ainda enfrentaria resistência de grupos dissidentes, principalmente curdos, que buscavam autonomia ou independência, e xiitas, a maioria religiosa, cujos direitos políticos eram limitados.

Antes da ocupação norte-americana (Segunda Guerra do Golfo) e da Guerra do Kuwait (Primeira Guerra do Golfo), o conflito que mais influenciou a história do Iraque foi a Guerra Irã-Iraque. As raízes desse conflito remontam à Revolução Islâmica de 1979, na qual o último xá do Irã foi derrubado pelo Aiatolá Khomeini.

As diferenças entre os dois países envolviam desde fronteiras contestadas até o apoio (ou falta dele) a insurgentes curdos que cruzavam a fronteira em busca de refúgio, além das diferentes visões sobre o papel da política e da religião. Durante esse conflito, houve uma reaproximação entre as monarquias do Golfo, os Estados Unidos e o Iraque, com o fornecimento de crédito e armamentos para Saddam durante a guerra.

A Guerra Irã-Iraque durou oito anos, deixou milhões de mortos e as economias de ambos os países em frangalhos, o que levou a liderança iraquiana a tomar medidas que eventualmente resultariam na queda do regime. Nas palavras de Cleveland e Bunton:

As avaliações da posição econômica do Iraque em 1988 concluíram que as perspectivas de recuperação do país estavam longe de ser desesperadoras. Se os gastos com as forças armadas fossem reduzidos e a receita substancial das exportações de petróleo fosse canalizada para a reconstrução, o Iraque teria uma boa chance de honrar suas dívidas atingir um nível modesto de crescimento econômico. Mas o regime deu prioridade ao rearmamento em detrimento da reconstrução; durante o período de dois anos, de 1988 a 1989, o Iraque gastou US\$ 10 bilhões em equipamentos militares. Foi em parte por causa desses grandes gastos militares que Hussein foi levado a buscar a recuperação econômica do Iraque por meio da anexação do Kuwait em 1990. Essa aventura se mostrou ainda mais devastadora para o Iraque do que a guerra mal concebida com o Irã. (Cleveland, Bunton, 2009, p. 430, tradução nossa).

A rivalidade entre o regime de Saddam e os EUA é mais antiga do que a invasão do Kuwait. As oposições americanas baseavam-se nos seguintes princípios: a postura amigável do regime em relação à União Soviética, o apoio à causa Palestina e a nacionalização do petróleo.

Mesmo durante a Guerra Irã-Iraque, as relações entre o Iraque e os EUA melhoraram devido à postura anticomunista adotada por Saddam, que expulsou partidários do Partido Comunista do Iraque e serviu como uma barreira contra o Irã, o que melhorou sua imagem perante as potências ocidentais.

No entanto, o mundo pós-Guerra Fria diferia da era bipolar, e o aumento da capacidade militar iraquiana gerou temores de que um país dominasse a área do Golfo. Assim, o objetivo da Primeira Guerra do Golfo era...

O objetivo dos EUA nesse momento, portanto, era paralisar as forças armadas do Iraque para que ele não pudesse mais projetar seu poder regionalmente. Em nenhum momento a questão dos direitos humanos foi levada a sério nessas considerações. (Abdullah, Thabit A. J. A Short History of Iraq. 2013, p. 195, tradução nossa).

Porém, com a entrada de tropas iraquianas no Kuwait em 1990, Saddam, contando com a não-intervenção americana, invadiu o país, apostando que seria uma guerra rápida, sem interferência internacional. O que se testemunhou a seguir foi o contrário.

Os EUA condenaram o ato e, sob a “Resolução 661” da ONU, impuseram sanções totais ao país. O que se viu em seguida foi a criação de uma coalizão internacional composta por 34 países, embora a maioria dos soldados fosse norte-americana, visando a intervenção militar.

Após uma tentativa de negociações e ataques aéreos que destruíram a infraestrutura do Iraque, as tropas da coalizão entraram no Kuwait, libertando o país em poucos meses. Em seguida, as tropas da coalizão avançaram para o

território iraquiano, quase chegando à sua capital. Contudo, houve a paralisação das tropas, pois o Kuwait havia sido liberado e a missão foi considerada cumprida — Bush pai apelou para que o povo do Iraque se revoltasse.

O que se seguiu foi uma série de revoltas internas que quase levaram ao fim do governo de Saddam Hussein. No entanto, ele conseguiu se manter no poder após uma repressão. Somente com a Segunda Guerra do Golfo seu regime se encerrou.

Em 20 de março de 2003, os EUA e Reino Unido, lançaram a operação “Iraqi Freedom”, seu objetivo era derrubar a governo de Saddam Hussein, reconstruir o país como um aliado do Ocidente.

Como no conflito de 1990, encadeamento de ataques aéreos antecederam a entrada das tropas terrestres pelo Kuwait. O exército iraquiano nem sequer deu à luta: “O exército iraquiano, intimidado pelo regime e desmoralizado por cortes maciços, quase não deu luta, com a maioria dos soldados a preferir simplesmente ir para casa em vez de arriscar o pescoço numa luta fútil para salvar o ditador” (ABDULLAH, Thabit A. J. A Short History of Iraq. 2013, p. 210, tradução nossa); em abril, Bagdá se encontrava ocupada.

Estima-se que 138 soldados americanos tenham perecido durante a operação, enquanto a estimativa de iraquianos mortos, civis e militares, varia de 10.000 a 100.000. Culminando com a captura, julgamento e execução de Saddam, que assim teve sua queda.

E assim termina história do Iraque após 1958, um país que sofreu série de golpes, reformas, políticas e econômicas, conflitos com países vizinhos. Como no início do século XX, o país estava ocupado por uma potência global Anglo-saxã (Reino Unido); no século XXI, o país estava ocupado pela outra potência Anglo-saxã (EUA).

3. O Uso de mercenários no Iraque, 2003–2009

Analisamos a origem e o uso de forças mercenárias ao longo da história, os motivos que levaram à gradual monopolização da força pelo Estado e como a influência do Renascimento italiano, especialmente o trabalho de Maquiavel, impulsionou a centralização do uso da força.

Em seguida, examinamos os fatores que motivaram o ressurgimento do uso de tropas mercenárias no final do século XX e início do XXI. No capítulo

anterior (terceiro), foi apresentada uma breve história do Iraque como uma nação moderna, desde o mandato britânico até a queda de Saddam Hussein.

O objetivo deste capítulo é explorar os efeitos do uso de mercenários no século XXI, utilizando o Iraque como um estudo empírico para analisar as consequências da utilização de forças privadas no campo de batalha. Buscaremos investigar como essa prática afetou tanto a sociedade norte-americana quanto a iraquiana.

4. 1 Os PMCs e a sociedade americana

Desde o início da operação “*Iraqi Freedom*” — como foi denominada a Segunda Guerra do Golfo —, era sabido pelo Congresso norte-americano e pelas forças armadas que o número de tropas disponíveis era insuficiente (Singer, 2008; Abdullah, 2013). O *Chief of Staff*, General Eric Shinseki, ao testemunhar no Congresso, afirmou que seriam necessárias, no mínimo, 300 mil soldados para estabelecer segurança e controle efetivo no território iraquiano. No entanto, apenas 160 mil foram enviadas, das quais cerca de 30 mil pertenciam às forças de outros membros da coalizão. Nesse cenário, não foi surpreendente que se recorresse ao mercado privado para “tampar os buracos”, dada a insuficiência de soldados disponíveis.

Vale destacar que, à primeira vista, pode parecer significativo o fato de que, em 2007, o número de “*contractors*” superou o de soldados ativos — 180 mil contra 160 mil. No entanto, essa comparação pode ser enganosa, visto que a maioria dos “*contractors*” atuava em setores como logística, reconstrução (civil e militar), manutenção de sistemas de armamento e serviços técnicos, enquanto apenas uma minoria desempenhava funções armadas na área de segurança (Goddard apud Gallup, 2008).

Por isso, é essencial distinguir entre *contractors* em geral e “*security contractors*”. Estes últimos permanecem em uma espécie de limbo jurídico, pois não são considerados civis, mas também não se enquadram como combatentes legais (soldados) ou mercenários, conforme estipulam convenções internacionais (Stanger, 2009).

Essa distinção é crucial para compreender o papel e as implicações do uso de *security contractors* em zonas de conflito, especialmente no Iraque. Embora desempenhem funções armadas, como a proteção de instalações e pessoal, sua classificação jurídica ambígua levanta questões sobre responsabilidade e regulamentação.

Esses parâmetros dificultam a responsabilização em casos de abuso de poder, violações de direitos humanos ou infrações às regras de guerra, muito viável aos contratados. Além disso, a presença de *security contractors* armados pode influenciar negativamente a percepção local sobre a legitimidade das operações militares, exacerbando tensões com a população civil e forças aliadas.

Após introduzir brevemente essa discussão sobre a falta de responsabilização dos PMCs, discutiremos agora as consequências de seu uso na sociedade norte-americana.

A primeira e mais importante consequência do uso de PMCs para a sociedade norte-americana é a ruptura ideológica que essa prática representa. Como mencionado anteriormente, os EUA se posicionam ideologicamente como herdeiros da tradição republicana renascida no Renascimento. Historicamente, o uso de cidadãos como soldados era um costume arraigado, e a contratação de PMCs compromete o princípio de que proteger o bem público (*res publica*) é um dever do cidadão. Esse princípio de cidadania, baseado na figura de um indivíduo livre, com direitos e deveres, é enfraquecido quando se delega a terceiros uma obrigação que deveria ser do próprio cidadão.

Há, ainda, uma certa ironia no uso de PMCs no Iraque no século XXI, considerando que, durante a Revolução Americana, o emprego de soldados hanoverianos pela Coroa Britânica era interpretado como um sinal de tirania, pois indicava a incapacidade dos monarcas de mobilizar seu próprio povo.

O uso de mercenários modernos, no entanto, reflete uma sociedade que, desde a Guerra do Vietnã, resiste à mobilização forçada. A privatização do conflito pode ser considerada politicamente inteligente, já que a morte de *security contractors* não causa o mesmo impacto na sociedade civil que a morte de soldados. No entanto, esse "benefício" de curto prazo pode trazer custos não intencionais. "Ao contratar *armed contractors*, a defesa do interesse nacional é

transformada em um conjunto de tarefas, em vez de ser o exercício do dever patriótico de alguém" (Stanger, 2009, p. 98, tradução nossa). Consequentemente, essa escolha agride o preceito do soldado-cidadão, já que o desejo de proteger a pátria não é equivalente ao de lucrar financeiramente.

Embora a ameaça às instituições democráticas ou a ruptura com os princípios republicanos causada pelos PMCs nos EUA seja praticamente inexistente, e a ascensão de um *condottiere* do século XXI, favorecido pela *virtù*, seja improvável, as advertências feitas por Maquiavel permanecem relevantes.

A prática de terceirização no setor militar apresenta uma série de consequências não intencionais, sendo a questão da responsabilidade (*accountability*) e da prestação de contas uma das mais preocupantes. O Departamento de Defesa (DoD) dos Estados Unidos, por exemplo, não é obrigado a informar o Congresso sobre contratos com valores inferiores a 50 milhões de dólares, dificultando a supervisão pública e enfraquecendo os mecanismos de pesos e contrapesos. Como observa Steven Aftergood, a supervisão que os militares estão sujeitos é naturalmente evitada pelos *contractors*, e a prática de subcontratação torna esse monitoramento ainda mais desafiador (Stanger, 2009).

O rápido crescimento das PMCs (*Private Military Companies*) no início dos anos 2000 não foi acompanhado pelas ferramentas de controle necessárias. Os contratos dessas empresas não precisam revelar informações detalhadas devido a questões de "interesses comerciais", respaldadas pelas políticas do DoD.

Além disso, departamentos governamentais, como o Pentágono, podem contornar o processo de licenciamento do Departamento de Estado por meio do programa *Foreign Military Sales*, em que o DoD paga os *contractors* pelos serviços oferecidos, e o governo reembolsa o Pentágono. As únicas informações públicas disponíveis são o tipo de contrato, o serviço prestado e o país de atuação das PMCs — e isso apenas graças ao *Freedom of Information Act*.

No entanto, contratos realizados por agências como a CIA estão fora desse protocolo. Dessa forma, embora o Congresso, em teoria, seja responsável pela supervisão dos gastos, muitos contratos — especialmente os abaixo de 50 milhões de dólares — permanecem fora de seu alcance.

A consequência é que o monitoramento que deveria ser feito pelo governo é, em vez disso, feito por empresas privadas com interesse e em fazer parecer que as coisas estão indo bem, já que o próximo contrato sempre depende do cumprimento bem-sucedido do último contrato. (Stanger, 2009, p. 91, tradução nossa).

Por isso, na ausência de supervisão de um órgão governamental para o controle do desempenho das PMCs, a gestão insuficiente dos Departamentos de Estado, Defesa e do Congresso torna-se um problema. Isso aumenta as chances de que o mau comportamento de um funcionário possa manchar não apenas a reputação da empresa, mas também a imagem dos Estados Unidos. Mais à frente, abordaremos casos emblemáticos, como o episódio de tortura na prisão de Abu Ghraib e o massacre perpetrado pela Blackwater.

A corrupção também é uma questão relevante quando falamos de terceirização no setor militar. Um exemplo emblemático foi o escândalo envolvendo a Halliburton (petroleira) e sua subsidiária KBR (*Kellogg, Brown and Root*, uma PMC), que foram investigadas por cobranças indevidas durante suas operações no Iraque.

Em 2003, a KBR superfaturou em 108 milhões de dólares o transporte de gasolina do Kuwait para o Iraque e adicionou outros 27 milhões de dólares no custo de alimentação das tropas norte-americanas em cinco bases no Iraque e no Kuwait (Stanger, 2009). Esse problema na área de logística levanta preocupações ainda maiores sobre o que pode ocorrer na área de segurança armada.

Dessa forma, a afirmação de que a privatização torna as operações mais eficientes e econômicas se sustenta? Episódios como os de corrupção e superfaturamento colocam essa ideia em dúvida. E quanto aos *contractors* armados? Existem argumentos de que o uso de PMCs seria mais barato, já que seus trabalhadores não dependeriam do sistema de pensões militares. David Isenberg (2009) demonstra que os *contractors* armados podem ser mais econômicos porque não têm acesso ao sistema de pensões americanas nem a benefícios como descontos fiscais, planos de saúde ou créditos educacionais.

Entretanto, a lógica de oferta e demanda nem sempre opera como o esperado. Observa-se que as PMCs norte-americanas tendem a contratar cidadãos dos EUA. Assim, eventualmente, o governo terá que pagar por suas pensões. Para alcançar uma economia significativa, seria necessário incentivar

as empresas a contratarem mão de obra estrangeira. Contudo, isso geraria conflitos de interesse, já que trabalhadores estrangeiros estariam apoiando tropas norte-americanas.

Outro argumento em prol da terceirização é a economia potencial ao contratar trabalhadores já treinados. A lógica seria que o governo não precisaria investir em treinamento no setor privado, economizando recursos públicos. Porém, como mencionado anteriormente, as PMCs norte-americanas geralmente contratam americanos, cujo treinamento foi financiado pelo governo. Como destaca Allison Stanger (2009, p. 97): “Uma habilitação de segurança é um ativo comercializável, mas o contribuinte americano pagou a fatura dessa habilitação.” Um relatório do *Congressional Budget Office* de 2008 concluiu que foi mais caro para o Departamento de Estado contratar a Blackwater para segurança no Iraque do que utilizar unidades do Exército.

Além disso, a terceirização trouxe outros problemas no Iraque, especialmente no processo de reconstrução do país. A decisão de terceirizar o treinamento do novo exército iraquiano exemplifica a confiança do governo norte-americano no setor privado. No entanto, essa prática prejudicou a criação de um senso de lealdade e moral entre as tropas iraquianas, que seriam lideradas por oficiais norte-americanos após o treinamento. Esse sentimento é ilustrado pela declaração de um soldado iraquiano: “Os americanos não nos entendem. Nós lutaremos pelo Iraque. Não lutaremos por eles” (Chandrasekaran, 2006, apud Stanger, 2009, p. 100).

Os efeitos do uso de PMCs na sociedade norte-americana podem ser analisados a partir de cinco pontos principais:

1. Ruptura ideológica: A privatização rompe com o ideal militar que moldou o imaginário norte-americano sobre quem deveria servir e por quais motivos.
2. Prejuízo à *accountability*: A falta de supervisão governamental enfraquece a transparência e a relação de confiança entre a população e o governo.
3. Corrupção e violações de direitos humanos: A ausência de supervisão adequada fomenta superfaturamento e abusos.

4. Ineficiência econômica: Apesar do discurso, a terceirização não gera economias significativas, especialmente considerando que muitos trabalhadores das PMCs são norte-americanos.
5. Sabotagem de objetivos estratégicos: A privatização compromete a estabilização do Iraque, dificultando a sinergia entre tropas norte-americanas e novo exército iraquiano.

4. 2 Os PMCs e a sociedade iraquiana

Para compreender melhor os acontecimentos relacionados às PMCs e à sociedade civil iraquiana, é necessário, primeiramente, entender o status das forças americanas (civis e militares) no Iraque. Em 27 de junho de 2003, a *Coalition Provisional Authority* (CPA, ou Autoridade Provisória da Coalizão), governo instaurado no Iraque após a queda de Saddam Hussein, emitiu a chamada *Order 17*. Essa ordem estabelecia o status das forças da coalizão e de seu pessoal. O texto da *Order 17* é apresentado a seguir:

Os “contractor” não estarão sujeitos às leis ou regulamentações do Iraque em questões relacionadas aos termos e condições de seus Contratos, (...) Os Contratados serão imunes ao processo legal iraquiano com relação aos atos realizados por eles conforme os termos e condições de um Contrato ou qualquer subcontrato do mesmo. (Isenberg, 2009, p. 143, tradução nossa).

Embora essa ordem parecesse garantir imunidade aos “*contractors*” para que operassem livremente, na prática, isso não ocorria, pois havia regras que determinavam as condições dessa imunidade.

Não obstante quaisquer disposições desta Ordem, as Empresas de Segurança Privada e seus funcionários que operam no Iraque devem cumprir todas as Ordens, Regulamentos e Memorandos da CPA, e quaisquer instruções ou regulamentos de implementação que regulem a existência e as atividades das Empresas de Segurança Privada no Iraque, inclusive o registro e o licenciamento de armas e armas de fogo.(...) Nada nesta disposição deverá proibir o pessoal da MNF de impedir atos de má conduta graves de má conduta por parte dos contractors ou, de outra forma, deter temporariamente quaisquer contractors que representem risco de ferimentos a si mesmos ou a outros, enquanto aguardam uma rápida transferência para as autoridades competentes do Estado de origem. Em todas essas circunstâncias, o representante sênior. Em todas essas circunstâncias, o representante sênior apropriado do Estado de origem do prestador de serviços no Iraque deverá ser notificado. (Isenberg, 2009, p. 143-144, tradução nossa).

As regras de imunidade concedidas aos *contractors* previam que eles estariam protegidos conforme a natureza de suas funções. Todavia, surgia uma

ambiguidade nessa definição, já que a palavra “*contractor*” englobava desde trabalhadores da construção civil até seguranças armados.

Assim, se a imunidade era concedida de acordo com a contingência do serviço, um “*armed contractor*” estaria protegido ao exercer sua função, ou seja, atividades de segurança. Isso implicava que, em um eventual conflito que resultasse na morte de um civil, caso o “*contractor*” estivesse desempenhando suas funções, ele estaria resguardado por essa imunidade

Acrescenta-se também que, antes da transferência do controle do governo da CPA para o novo governo iraquiano, foi assinada uma regulamentação para as operações das companhias militares privadas.

Conhecida como Memorando 17, essa regulamentação estabelecia que as firmas de *contractors* deveriam ser registradas e obter licenças junto ao novo Ministério do Interior do Iraque. De acordo com o memorando, as PMCs seriam auditadas pelo Ministério, suas licenças seriam emitidas por ele, e caberia a essa entidade determinar as regras de engajamento, especialmente no que se refere às condições admissíveis para o uso da força (Isenberg, 2009).

No entanto, representantes das firmas e funcionários do governo americano argumentavam que o novo governo iraquiano não possuía capacidade ou recursos humanos para implementar o Memorando 17 de forma eficaz. Além disso, mesmo que o governo iraquiano conseguisse aplicar as diretrizes do memorando, o caráter multinacional das empresas que operavam no Iraque e seus vínculos empregatícios com o governo americano complicariam a situação. Isso porque, segundo o Memorando 17, o “*contractor*” estaria sujeito à lei do país de origem, o que tornava sua aplicação em solo estrangeiro problemática.

Desta forma, explicado o motivo que torna a regulação e supervisão das PMCs no Iraque impraticáveis, podemos apresentar alguns episódios em que essa falta de controle levou a violações dos direitos humanos.

O evento mais comum relacionado a esses episódios é o disparo de “*contractors*” contra a população civil, provocando ferimentos ou mortes. Esses incidentes geralmente ocorrem da seguinte maneira: um civil, a pé ou em um

veículo, se aproxima de um ponto de controle ou comboio, e os *contractors* abrem fogo.

Em janeiro de 2007, Abd al-Naser Abbas al-Dulaimi, de 29 anos, foi morto em Bagdá enquanto saía para comprar gasolina. Supostamente, ele foi morto por uma escolta de uma companhia militar privada. Episódio semelhante ocorreu em Erbil, em 14 de julho de 2005, na zona curda, quando um passageiro foi baleado em um ponto de controle. A polícia acusou o pessoal do ponto de controle de ter efetuado os disparos (Isenberg, 2009). Uma investigação norte-americana subsequente concluiu que nenhum “*contractor*” foi responsável, conclusão contestada pela família da vítima.

Em 2006, Jay Price, repórter do *News & Observer*, analisou 400 relatórios apresentados pelos “*contractors*” ao governo em um período de nove meses, de agosto de 2004 a abril de 2005. Ele identificou 61 episódios de disparos efetuados (Isenberg, 2009). Segundo os relatórios das PMCs, esses disparos foram justificados sob a alegação de que os veículos representavam alguma ameaça.

Entretanto, o caso que mais chama atenção e permanece na memória quando se trata de disparos realizados por PMCs é o massacre da Praça Nisour. Em 27 de setembro de 2007, funcionários da Blackwater mataram 17 civis e feriram outros 20 enquanto escoltavam um comboio da embaixada norte-americana (Glanz, Tavernise, 2007).

Esse acontecimento gerou um incidente diplomático, com membros do governo iraquiano exigindo que os Estados Unidos encerrassem o contrato com a Blackwater e a expulsassem do país. Como mencionado anteriormente, episódios como esse comprometem a estabilidade do Iraque, criando desconfiança e atrito entre a população local e aqueles associados aos EUA.

Além do massacre da Praça Nisour, outro episódio notório envolvendo PMCs no Iraque foi o escândalo de tortura e abuso na prisão de Abu Ghraib. Embora a maioria dos envolvidos fossem membros das forças armadas regulares e de órgãos de inteligência, havia tradutores e interrogadores terceirizados. Estima-se que 37 interrogadores tenham sido contratados de forma terceirizada. Duas empresas estavam diretamente ligadas ao episódio: a Titan e a CACI (*California Analysis Center Incorporated*). O caso de Abu Ghraib

foi amplamente utilizado como prova de que as PMCs no Iraque operavam sem supervisão adequada, gerando revolta tanto interna quanto externa (Isenberg, 2009).

Em 25 de maio de 2004, o Departamento do Interior dos Estados Unidos anunciou que bloquearia a contratação de interrogadores civis no Iraque até a conclusão das investigações sobre a CACI. No entanto, os trabalhadores já contratados permaneceram em suas funções. Em julho do mesmo ano, o contrato com a CACI foi encerrado após a descoberta de irregularidades no processo de licitação.

Analisado o caso, é possível explorar as opções legais disponíveis para responsabilizar os envolvidos. A primeira opção seria a justiça iraquiana, já que os “*contractors*” teoricamente não estão além de seu alcance. No entanto, os “*contractors*” frequentemente argumentam que o sistema de justiça iraquiano é parcial e pouco confiável, evitando, assim, serem julgados por ele.

A segunda alternativa seria recorrer à justiça norte-americana. O caso mais famoso foi *Ilham Nassir Ibrahim v. Titan Corp*, uma ação coletiva iniciada na Corte Federal de Washington, DC, em nome das vítimas iraquianas. Mais tarde, em 2007, o juiz distrital James Robertson, do distrito de Colúmbia, considerou os intérpretes da Titan isentos de culpa por estarem sob supervisão militar. Contudo, ele permitiu a continuidade do processo contra a CACI, rejeitando a alegação de que a empresa estava sob supervisão militar. Desta forma, demonstrado que as vítimas não poderiam contar com a justiça norte-americana.

A principal lição extraída da participação das PMCs no caso de Abu Ghraib é que certas tarefas são sensíveis demais para serem terceirizadas.

Diante do exposto, tanto os casos de disparos contra a população civil quanto o envolvimento no escândalo de tortura na prisão de Abu Ghraib demonstram que os impactos do uso de PMCs na sociedade civil iraquiana foram majoritariamente negativos, resultando em graves violações dos direitos humanos.

Conclusão:

Inicialmente, esse artigo, apresenta a evolução das forças mercenárias ao longo da história, culminou monopolização da força pelo Estado moderno. Essa transformação foi influenciada por pensadores como Maquiavel, que alertava para os perigos de confiar a defesa do bem público a indivíduos movidos por interesses privados.

Contudo, no final do século XX, observamos um ressurgimento do uso de forças privadas, agora corporalizada como PMCs, um fenômeno impulsionado pela globalização, pela redução dos exércitos tradicionais, pelas demandas de segurança em conflitos assimétricos, como o ocorrido no Iraque.

Consideramos as razões específicas para o uso massivo de PMCs durante a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos. A insuficiência de tropas regulares, combinada com a dificuldade política de mobilizar mais soldados, levou ao emprego de contractors em larga escala, evidenciado por números que chegaram a superar o contingente de soldados regulares. Entretanto, a falta de supervisão adequada e a dificuldade em regulamentar essas empresas geraram problemas graves de responsabilidade jurídica e operacional, que comprometeram tanto a imagem dos Estados Unidos quanto os esforços para estabilizar o Iraque.

Depois disso conhecemos um pouco da história do Iraque como uma nação moderna, desde o mandato Britânica a queda de Saddam. Aprofundamos a discussão ao abordar casos emblemáticos que ilustram os impactos negativos da atuação das PMCs. Episódios como o massacre da Praça Nisour e os abusos em Abu Ghraib expuseram as falhas na supervisão e regulamentação dessas empresas, resultando em violações dos direitos humanos que enfraqueceram a confiança local nas forças de ocupação, exacerbaram as tensões entre as tropas americanas e povo iraquiano. A análise também destacou como a falta de responsabilização efetiva permitiu que os contractors envolvidos permanecessem impunes.

Os impactos nas sociedades norte-americana e iraquiana, nos colocam frente à observação de que a crescente terceirização de funções militares e de segurança pode levar à questões significativas para ideia de soberania estatal, os direitos humanos e de legitimidade, alterando, sobremaneira, as sociedades, cujos governos empregam essas forças privadas.

Ficou evidenciado que o uso de PMCs traz implicações profundas tanto para o país contratante quanto para as nações onde essas forças atuam. Para os Estados Unidos, o emprego de PMCs representou uma ruptura com a tradição do soldado-cidadão e comprometendo a transparência democrática, devido à dificuldade de monitorar e responsabilizar essas empresas. Para o Iraque, o impacto foi mais grave, com prejuízos à reconstrução do país, violações de direitos humanos e um enfraquecimento do novo governo iraquiano, que não conseguiu impor plenamente sua autoridade.

Finalmente, a experiência do Iraque revela que a terceirização de funções militares e de segurança apresenta limites claros, especialmente em situações de conflito armado. Outras tarefas críticas, como interrogatórios e o uso da força, seriam sensíveis demais para serem delegadas a atores privadas, cuja principal motivação seria o lucro, e não o interesse público.

Fica assim, aberto ao interesse ao debate os riscos e desafios associados ao uso de PMCs e suas implicações para a soberania estatal, direitos humanos e a legitimidade política.

Bibliografia:

ABDULLAH, Thabit A. J. Dictatorship, Imperialism & Chaos: Iraq since 1989. Londres: Zed Books, 2006.

ABDULLAH, Thabit A. J. A Short History of Iraq. Ed:2. Abingdon e New York: Routledge, 2013.

ADAMS, Thomas K. Private Military Companies: Mercenaries for the 21st Century. **Small Wars & Insurgencies**, London, 13:2, 54-67, março, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09592310208559181>

CLEVELAND, William L; BUNTON, Martin. A History of the Modern Middle East. Ed:4. Boulder: Westview Press, 2009.

GALLUP, Heather L. **Blending the Battlefield: An Analysis of Using Private Military Companies to Support Military Operations in Iraq**. Tese(Mestre em Ciência) — Department of Systems Engineering and Management, Air Force

Institute of technology. Dayton, p. 130. 2008. *Theses and Dissertations*. 2875. Disponível em: <https://scholar.afit.edu/etd/2875>

PARROTT, David. *The Business of War: Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe*. New York: Cambridge University Press, 2012.

UESSELER, Rolf. *Guerra Como prestação de Serviço: A destruição da democracia pelas empresas militares privadas*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2008.

SINGER, P. W. *Corporate Warriors: The Rise of Privatized Military Industry*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2008.

STANGER, Allison. *One nation under contract: The outsourcing of American Power and the Future of Foreign Policy*. New Haven and London. Yale University Press, 2009.

GLANZ, James; TAVERNISE, Sabrina. 2007. "Blackwater Shooting Scene Was Chaotic". *The New York Times*, 28 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/09/28/world/middleeast/28blackwater.html>

SPEARIN, Christopher. Contracting a Counterinsurgency? Implications for US Policy in Iraq and Beyond. **Small Wars & Insurgencies**, Toronto, 18:4, 541-558, dezembro, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09592310701778258>

ISENBERG, David. *Shadow Force: Private Security Contractors in Iraq*. Westport: Greenwood Publishing Group, Inc, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discourse on Political Economy. In: CRESS, Donald A. *Basic Political Writings of Jean-Jacques Rousseau*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Constitutional Project for Corsica. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *The Collected Works of Jean-Jacques Rousseau*. Hastings: Delphi Publishing Ltd, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Considerations on the Government of Poland. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. The Collected Works of Jean-Jacques Rousseau. Hastings: Delphi Publishing Ltd, 2017.

MCFATE, Sean. The modern Mercenary: private armies and what they mean for world order. New York: Oxford University Press, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe: Com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia. Tradução de Mário e Celestino da Silva — 1. Reimpressão. — Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019(1532).

PERCY, Sarah. Mercenaries: The History of a Norm in International Relation. New York: Oxford University Press, 2007.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.